CURSO MODULAR DE DIREITO PENAL


Por Paulo Afonso Brum Vaz*

O primordial desiderato do Direito Penal é a defesa da sociedade por meio da proteção dos seus bens jurídicos fundamentais: a vida, a integridade corporal, a honra, o patrimônio, a segurança da família, a paz pública, o meio ambiente hídrico, a ordem econômica e financeira, as relações de trabalho, a segurança social; enfim, tudo quanto possa satisfazer necessidades individuais ou coletivas. No Estado democrático de Direito, os bens jurídicos protegidos pelo Direito Penal devem considerar concretizações dos valores constitucionais expressa ou implicitamente ligados aos direitos e deveres fundamentais. É só por essa via que os bens jurídicos se transformam em bens merecedores de tutela penal ou com a dignidade jurídico-penal.

Embora seja vá a expectativa de que o Direito Penal possa reunir condições de trazer solução para todos os problemas de criminalidade que assolam a sociedade moderna, dependentes de outras medidas e fatores afetos ao campo social, apraz ressaltar, frisando o aspecto funcionalista do Direito Penal, que sua legitimidade está jungida a um raciocínio consecuencial utilitarista. Reflete a concreta densidade das suas repercussões sociais. Tanto mais legitimidade auferirá quanto maior for a sua capacidade de produzir consequências desejadas e evitar as indesejadas no mundo dos fatos, alcançando empiricamente os fins almejados de proteção social. Do contrário, constituirá apenas um ônus à sociedade, um dispêndio sem proveito prático, uma falsa promessa de proteção aos bens jurídicos fundamentais da sociedade.

As características do Direito Penal estão intimamente atreladas à política geral adotada pelo respectivo Estado, que se vai refletir na política criminal que mantém em um dado momento histórico. Inegável, na contingência atual, é o influxo das normas de natureza internacional, como as convenções, tratados e declarações de direitos humanos fundamentais, e, de rigor, dos princípios jurídicos internacionais e postulados das correntes internacionais, no que se pode hoje chamar de “tendência de globalização do direito penal”.

Se fosse possível cogitar-se hoje de um modelo de política criminal globalizado e destacar sua essência, chegaria-se à conclusão de que o traço marcante é a tendência de superação dos sistemas garantistas em nome dos sistemas de segurança dos cidadãos. Sob esse pretexto, a inclinação globalizada e incorporada por boa parte dos Estados modernos, enquanto política criminal e expressão de suas legislações penais internas, é de expansão da intervenção do Direito Penal, sobretudo como resposta às novas características reveladas pela moderna criminalidade, criativa e inventiva de novas formas de riscos à complexidade emergente de valores sociais, reclamando maior proteção.

A propósito, impende observar que o incremento dos incontroleáveis riscos sociais criados pela ação do homem, na chamada “sociedade de risco”, ameaçando a própria existência humana, coloca em risco a atuação e os alicerces do Direito Penal, muito mais por ineficácia dos instrumentos de que dispõe para o combate das novas modalidades delitivas decorrentes do que por qualquer dúvida que se possa lançar sobre a necessidade de sua intervenção para a tutela dos novos bens jurídicos de natureza supraindividual antes não ameaçados.

A expansão do direito penal constitui um fenômeno inerente à sociedade pós-moderna, caracterizada, dentre outros fatores, por aceleração, instanteidade das relações, imprevisibilidade, surgimento de novos riscos, insegurança, globalização, integração supranacional, identificação dos sujeitos-agentes com as vítimas, identificação da maioria social com a vítima,
predominio do econômico sobre o político, incremento da criminalidade organizada, descrédito nas instâncias de proteção e maior relevância do crime macrossocial.

É preciso, entretanto, que juristas e a sociedade redobrem a atenção para os riscos maiores do chamado “terrorismo penal”. O que se deve buscar, de forma incessante e com fundamento arrimado na Constituição, ou seja, com eficaz proteção dos bens jurídicos valiosos à sociedade e sem prejuízo dos direitos e garantias do acusado, é a efetividade do direito penal, para que se justifique a sua existência (quase um mal necessário) e se consagrem seus ideais de pacificação social.

De qualquer sorte, parece coerente reconhecer que, com os temperamentos necessários, sempre na perspectiva de preservação de direitos e garantias do acusado e evitando-se os exageros do “direito penal do inimigo” ou do “direito penal do terror”, devem adotar medidas de política criminal tendentes a proporcionar ao direito penal maior eficiência e resultados dissuasórios, a fim de conferir a necessária proteção à sociedade, especialmente das gerações futuras, pois não valerá a pena o cultivo de um direito penal que se desinteresse da sorte das gerações futuras e nada tenha para lhes oferecer perante o risco existencial que sobre elas pesa.

E o nosso momento histórico impõe maior preocupação com a eficácia da tutela penal. A impunidade e o justo clamor social por mais eficiência do direito penal impõem um repensar do processo e das tendências que exacerbam as iniquidades (seletividade da justiça, por exemplo) e reforçam o desapreço ora reinante pela força ressocializante da lei penal.

Caberá aos operadores do direito pensar, conceber e utilizar novas vias tecnológicas, especialmente as ferramentas e os instrumentos informatizados, para alcançar um processo que seja justo nos finis e nos meios, com eficiência e sem perder de vista a necessidade de preservação de direitos e garantias que o sistema confere aos acusados no processo penal.

Nessa perspectiva, é relevante a contribuição da Emagis, Escola da Magistratura do TRF da 4ª Região, no sentido de incentivar e fomentar o debate sobre os temas mais sensíveis do penalismo moderno no seio da magistratura federal. Fruto dessa preocupação são os trabalhos que compõem o presente Curso Modular de Direito Penal, subsídio valioso a todos os operadores do Direito Penal (notadamente juízes, membros do MP e advogados), sob a coordenação científica de um dos mais aprofundados cultores do Direito Penal que é o professor e magistrado federal José Paulo Baltazar Junior, e a organização irretocável do Desembargador Federal Tadaaqui Hirose, Diretor da Emagis.

Felicito e homenageio a todos os coautores e a Escola da Magistratura, recomendando a leitura desta obra, trabalho de fôlego que se coloca como um referencial de estudos do moderno Direito Penal, revelando o elevadíssimo nível de cultura e tecnicidade dos magistrados da 4ª Região.

* Paulo Afonso Brum Vaz é desembargador federal do TRF da 4ª Região.